

Identidades travestis e transexuais: problematizando sexualidade, gênero e sexo

Tiago Duque

Mestre em Sociologia

Coordenador de Direitos Humanos do Identidade – Grupo de luta pela Diversidade Sexual
Assessor do Núcleo de Educação e Comunicação Social do Programa Municipal DST/Aids de
Campinas

Esse texto problematiza a construção dos corpos tidos como masculinos e femininos por meio da crítica a conceitos como “sexo biológico” e “gênero masculino e feminino”. Procura refletir ainda a respeito das categorias identitárias “travesti” e “transexual”.

É um texto para iniciar um debate pouco realizado nos universos das práticas da saúde, por isso, não pretende ser de todo esclarecedor, mas uma provocação para a desconstrução das formas discriminatórias e conservadoras (leia-se “normal” e “natural”) de tornar as pessoas reconhecidas como homens e/ou mulheres.

1 - Sexualidade enquanto dispositivo histórico de poder

A sexualidade, o gênero e o sexo são uma das maneiras mais poderosas de diferenciação social e vetor de formas diversas de desigualdade. Daí a necessidade de refletir sobre elas para pensar ou implementar políticas públicas em diferentes níveis e setores. O desafio aqui é refletir sobre estes conceitos para, de alguma forma, pensar as práticas em saúde.

Este texto toma como partida o entendimento teórico de que a sexualidade é um dispositivo histórico de poder que, através de saberes, procura ordenar os corpos. Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (FOUCAULT, 1998).

Essa visão da sexualidade permite entender que ela não é “natural”, previamente dada, fixada em fases, mas aprendida e ensinada de geração para geração, mudando ao longo dos anos e conforme os diferentes locais. Um bom exemplo é a sexualidade do idoso na atualidade, que não é a mesma do idoso há dez anos, assim como a de uma jovem mulher brasileira, bem diferente da jovem de mesma idade que mora em uma cidade peruana, ou que tenha ainda outra classe social

Assim, mais do que dividir a sexualidade em fases pode-se pensar em quais dispositivos, e por quais motivos, se interferem nas pessoas, nesta ou naquela faixa etária, neste ou naquele período histórico. Mais do que naturalizar a sexualidade de alguém (através de um discurso de que “se nasce assim”), cabe-se pensar sobre as condições em que essa sexualidade foi construída e alocada nesta ou naquela categoria, com este ou aquele adjetivo. Mais do que apontar e definir os “desvios” propõe-se compreender por que se agrupam “normalidades” em detrimientos de “aberrações”.

Evidentemente que, fora das Ciências Sociais, prevalece a compreensão de sexualidade enquanto conceito médico e psíquico. E são estes saberes, em muitas esferas, que têm norteado a maioria das ações em saúde. Este texto sugere outra coisa: tratar as experiências das pessoas que fazem uso de hormonioterapia e silicone líquido industrial a partir de uma reflexão sobre a desnaturalização da sexualidade, isto é, discutir o que é ser transexual e travesti desconstruindo o que é ser homem e mulher

2 - Gênero e Sexo

O Gênero comumente é visto, na melhor das hipóteses, como algo construído socialmente a partir daquilo que a natureza produziu em relação aos corpos tidos como masculinos ou femininos. Por exemplo, muitos acreditam que o gênero é da esfera da cultura, do abstrato, e o sexo, da natureza, do concreto. Mas, pode-se pensar sobre “um antes”, sobre em que condições e com quais interesses se classificou esse ou aquele sexo.

Não é possível afirmar que o sexo antecedeu o gênero, ainda que existam diferenças físicas concretas e objetivas. O olhar dos saberes e dispositivos de poder classificaram um a partir do outro (o sexo, a partir do gênero), fazendo a sociedade crer em comportamentos naturais, sentimentos naturais, relações naturais e, pior, pessoas “normais”, de um e de outro sexo.

Ao longo do tempo a cultura, por exemplo, privilegiou os homens e desclassificou as mulheres. Criou teorias que apontam para a mulher como sendo o “sexo frágil”, “incompreensível” ou com um desejo de “falta” por aquilo que o homem tem e ela não. Esta mesma cultura em muitos países deu ao nomeado sexo biológico masculino, a pessoa que tem pênis, o direito a ter comportamentos voltados mais para a esfera pública e menos para a esfera privada, e nesses anos vem reafirmando imperativos como “política é coisa de homem” e “o lugar da mulher é na cozinha”.

Esses e outros valores fazem com que, até na atualidade, as mulheres recebam salários mais baixos para desempenhar as mesmas funções que os homens ou mesmo sejam ainda vistas preferencialmente de forma erotizada.

Assim, o gênero ajudou a produzir os dois sexos, a classificá-los e disseminar as expectativas sobre eles, antes mesmo deles existirem enquanto categorias binárias e opostas, isto é, masculino e feminino. O corpo e suas diferenças existiam, mas não estavam nomeados hierarquicamente, não havia privilégios de uma pessoa sobre a outra a partir do genital. Esta oposição inventada, chamada de “diferença sexual”, surge a partir de um olhar que privilegiou um “sexo” em detrimento do outro. Esse olhar classificador é marcado pelo gênero, isto é, reflete e produz características de gêneros. Mas, essa separação e divisão das pessoas em dois grupos distintos, e não com o mesmo valor, a partir de uma característica biológica, trouxe outra

consequência, as expectativas sobre o desejo, sobre este encontro das diferenças criadas e classificadas culturalmente a partir de uma anatomia.

A “ordem natural” do desejo, inventada e reproduzida por diferentes dispositivos que vão da religião até as ciências da natureza, é um homem com pênis sentir desejo por uma mulher com vagina e vice-versa. Estes são ensinados, abençoados, legitimados, valorizados, reconhecidos, amados e acolhidos quando assim se comportam, aceitando o destino traçado culturalmente sobre seus corpos.

O conceito de “gêneros inteligíveis”, criado por Judith Butler (2003), ajuda a aprofundar esta reflexão. Segundo ela, os “gêneros inteligíveis” são aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Por exemplo, o sexo biológico reconhecido como “macho” é igual ao gênero (práticas, valores, sentimentos, estéticas, etc.) reconhecido como “masculino”, que equivale as praticas sexuais comumente reprodutivas que correspondem às expectativas sob as quais está o universo masculino (de sexo e gênero). Por sua vez, tudo isso deverá estar coerente com o desejo do indivíduo por uma pessoa do “sexo oposto”, com “gênero diferente”, neste caso, feminino. Assim, o resultado das expectativas sobre do desejo de um corpo masculino ou feminino é a heterossexualidade.

Dito de outra forma:

Sexo biológico	Gênero	Desejo	Práticas Sexuais	Orientação sexual
Nasce com pênis = Homem	Masculino	Pelo feminino = Mulher com vagina	Ativo (incertivo)	Heterossexual
Nasce com Vagina = Mulher	Feminino	Pelo Masculino = Homem com pênis	Passivo (receptivo)	Heterossexual

Nesse sentido, Berenice Bento (2008) afirma que historicamente o discurso da diferença sexual, isto é que existem dois sexos “biológicos” hierarquicamente diferentes e separados, um para o homem e outro para a mulher, deu suporte ao julgamento das condutas, naturalizando e essencializando o que se entendia por comportamento masculino e feminino. Segundo ela, para esta lógica dicotômica não é possível haver deslocamentos¹. Além disso, nestes termos, o masculino e o feminino só conseguem encontrar

¹ Scott (1994) critica a defesa de categorias estáveis, fixas e opostas, afirmando que “oposições de categorias reprimem as ambigüidades internas de cada uma delas. Qualquer conceito unitário se apóia sobre – e contém – material reprimido ou negado e, portanto, é instável e não unívoco” (SCOTT, 1994: 20).

sua inteligibilidade (compreensão e reconhecimento) quando referenciados à diferença sexual, isto é, ao pênis e a vagina (BENTO, 2008: 25).

Por isso, ao tratarmos de travestis e transexuais o que ocorre é uma bagunça, um descompasso, uma alteração nessa inteligibilidade de gênero, nesta compreensão e reconhecimento do que é visto como humano e natural, saudável e sagrado, legítimo e ilegítimo. Outras pessoas, em diferentes intensidades, também tendem a desestabilizar esta coerência, que na sociedade em geral é ensinada e valorizada. Isso ocorre porque as expectativas em relação ao “sexo biológico”, ao gênero, as práticas sexuais e ao desejo têm se tornado cada vez mais difíceis e impossíveis de serem cumpridas, mesmo àqueles reconhecidos como os “mais normais dos normais”.

Outra maneira possível de compreender o gênero é reconhecendo-o como performativo, e não como binário, dual, de duas formas possíveis. Esta noção de gênero performático, defendida por Butler (2003), “se baseia na reiteração de normas que são anteriores aos agentes e que, sendo performativamente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam” (MISKOLCI & PELÚCIO, 2006). Por exemplo, a criança nasce e, conforme o seu sexo biológico aprende a conviver com um mundo masculino e/ou feminino criados artificialmente para ela.

As meninas chegam do hospital, comumente em um quarto todo rosa, brincam com bonecas e panelinhas e vão aprendendo a serem delicadas, dedicadas e sensíveis. Já os meninos são vestidos e revestidos de tons de azul, ficando à sua disposição bolas, carrinhos e espadas que os motiva a não demonstrar fraqueza e a serem heroicamente corajosos. Nas duas experiências, ao longo da infância e da adolescência, vão aprendendo o que pode e o que não pode ser feito, dito, usado, por um menino e por uma menina. Até que chegam a vida adulta e reproduzem esses valores de gênero junto aos seus filhos e/ou outras crianças que nascerem.

A performatividade, que não se trata de uma simples escolha, mas de uma coibição, visa garantir o reconhecimento via a inteligibilidade de gênero, de acordo com as normas sociais vigentes, independentemente da diferença sexual. Essa performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária (BUTLER, 2003: 200).

Quando a autora cita que essa construção do gênero independe da diferença sexual compreende-se que o gênero não depende do pênis e da vagina para se constituir como masculino e feminino, ainda que as diferenças para o que é visto como masculino/homem e feminino/mulher esteja posto culturalmente pelo genital.

Afinal, há travestis e transexuais que performatizam (repetem, reproduzem) o que se entende socialmente como feminino. Mesmo com pênis muitas delas são confundidas com mulheres e passam despercebidas em relação à sua genitália. Às vezes, conseguem construir um gênero tão normativo, tão reconhecidamente feminino, que chegam a ser mais femininas do que as próprias mulheres com vaginas.

2.1 - Para que se constroem os sexos? A experiência intersex

A experiência intersex ajuda a analisar o sexo biológico como uma inscrição não natural nos corpos, ou seja, um dispositivo de controle e disciplina. Por exemplo, quando o sexo não é em si inteligível (reconhecido, classificável, compreendido como humano), mesmo que não traga riscos a sobrevivência das pessoas, carece de alterações, mudanças, correções cirúrgicas etc. É o que ocorre com as/os intersex.

De origem médica, esse termo foi incorporado pelos militantes da área de sexualidade, gênero e identidade para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos, comumente e genericamente chamados de “hermafroditas”. São corpos que deslizam nas representações do que se considera como verdadeiramente humano, situando-se nos interstícios, nas frestas, entre o que é normal e o que é patológico (PINO, 2007: 153).

As/os ativistas do movimento internacional de intersex têm ensinado que o sexo biológico é construído a partir de valores conservadores e autoritários de gênero, afinal a criança intersex nasce e logo é submetida a uma cirurgia que, não necessariamente, contemplará o seu desejo futuro, a construção identitária que ela deverá fazer ao longo das suas experiências. Afinal, pode-se construir um sexo biológico saudável de homem, em uma criança que poderá se identificar mais tarde como uma mulher, ou vice e versa.

As/os intersex têm mostrado, ainda, que optar em transformar uma criança com genitália não inteligível nos moldes binários (sexo masculino X sexo feminino) diz respeito aos desejos e expectativas hierarquicamente construídas sobre as experiências sexuais da sociedade.

Segundo Nádya Pino (2007), essa constatação se deu via observação de outros estudiosos de que as genitálias femininas e masculinas são construídas para serem “funcionais” da seguinte forma e seqüência prioritária:

Sexo feminino – preservação da capacidade reprodutiva, possibilidade de ter relações sexuais prazerosas e poder ser penetrada por um pênis;

Sexo masculino – tamanho e possibilidade erétil do pênis, possibilidade de sentir prazer associado à ejaculação e a capacidade de penetrar uma vagina, depois a reprodução e a possibilidade de urinar em pé (PINO, 2007).

Em outras palavras, o prazer sexual é priorizado para o homem e não para a mulher. Já a reprodução, é mais valorizada para a mulher, e, nem tanto para o homem.

Mas, e as práticas sexuais não reprodutivas e não heterossexuais? Estas parecem não estarem pautadas na construção do sexo biológico das/dos recém nascidas/os intersex. Logo também parecem não serem consideradas em relação a todas as outras pessoas, afinal a construção existente do sexo biológico é fundamentada a partir de uma referencia pautada em valores sociais, como sexo penetrativo, procriativo e heterossexual.

Haveria uma saída para a experiência intersex? Segundo o movimento social, não dá para justificar que, via a observação de gônadas e hormônios, pode se definir o sexo de um recém-nascido com genitália ambígua. Para o movimento, a sociedade deveria aprender a educar estas crianças mostrando o masculino e feminino, deixando-as descobrir e experimentar estes dois universos, sem, contudo, cobrá-las uma definição ou uma tomada de lado. Seria necessário tornar essa experiência inovadora, privilegiada e possível para que a sociedade pudesse refletir sobre outras possibilidades de reconhecimento do humano a partir de novas inteligibilidades de gêneros e de sexualidade.

Quando a criança ou o adolescente decidir que quer fazer a cirurgia, então se retomarão as discussões para cumprir a decisão conforme a sua vontade e não de acordo com as expectativas dos médicos ou dos pais. E, caso esta pessoa escolha não passar pelo processo cirúrgico, deverá ser respeitada.

Algumas/alguns intersex adultas/os defendem o abandono da cirurgia nos bebês com genitália ambígua. Afirmam que não é possível medir ou fazer comparações do sofrimento deles (de se verem mutilados quando se percebem em um corpo que não corresponde ao seu desejo e identidade) com o sofrimento das crianças que cresceriam sem terem feito a cirurgia.

Esta reflexão aponta para a construção dos sexos biológicos marcada por valores de gêneros bastante desiguais e faz compreender que a sexualidade está para além da materialidade dos corpos. Além disso, mostra que as tentativas de transformar corpos não-normais em normais são frágeis e, comumente, fracassadas. Elas criam outros problemas, muitas vezes maiores e geradores de outros sofrimentos. Mais do que tornar as pessoas normais, é necessário alargar os limites do humano e pensar para além das expectativas que estão postas para o genital das pessoas.

3 - Travestis e transexuais: performatizando gêneros

A performatividade do gênero e a experiência intersex interessam aqui para pensar a desnaturalização e mobilização das categorias de gênero criadas em separado e em oposição: “masculino” e “feminino”. Quando o status constituído do gênero é teorizado sendo radicalmente independente do sexo (como já foi abordado no texto), o próprio gênero se torna um artifício flutuante. Conseqüência disso é o homem e o masculino poderem, com igual facilidade, significar um corpo com vagina ou um corpo com pênis, e a mulher e o feminino, significar um corpo com pênis ou um corpo com vagina. Assim, o gênero é apreendido pelas pessoas independentemente do seu sexo tido como

biológico, e, performaticamente, reproduzido das mais variadas formas, buscando a coerência que garante o mínimo de legitimidade social, de reconhecimento e de respeito (BUTLER, 2003).

Por isso, as travestis reivindicam um gênero feminino. Por terem uma aparência tida como feminina, mesmo com um órgão genital tido como masculino e fazendo uso dele.

Caso semelhante é o das mulheres transexuais, que conseguem legitimidade legal para mudanças jurídicas em documentos, exatamente por performatizar (reproduzir, praticar, incorporar) um gênero feminino esperado, tão correspondente ao que se compreende como mulher, que é preciso torná-la fisicamente “mulher”. E se não reprodutiva, biologicamente falando, essas mulheres deverão estar ao menos com uma vagina funcional capaz de ser penetrada por um pênis masculino, ainda que na vida prática, existam transsexuais lésbicas, que mesmo após a cirurgia buscarão sexo com mulheres.

3.1 - Diferenças no universo travesti e transexual

Quais são as diferenças identitárias entre travestis e transexuais? Primeiramente, para refletir sobre uma possível resposta, é essencial contextualizar as identidades, todas e quaisquer, em um período histórico e em um espaço de conflitos e contratos. Também é preciso não pensar as pessoas como sendo sujeitos da experiência, onde as experiências simplesmente acontecem.

Caso fosse assim, bastava olhar a identidade da pessoa para saber de suas experiências, de suas práticas. A proposta é tomar o sujeito como sendo “fruto” das suas experiências, e não o contrário (BRAH, 2006). Nesta perspectiva é possível aproximar-se de pessoas reais, com o olhar menos idealizado, isto é, desenvolver práticas em saúde que respondam às necessidades reais de travestis e transexuais. Não as necessidades projetadas por uma identidade anunciada que simplesmente faz pensar em um amontoado de características previamente agrupadas, concluídas geralmente a partir de uma prática sem escuta.

Então, teoricamente, podem-se apontar algumas diferenças entre travestis e transexuais, mas valerá sempre a escuta, o que a pessoa disser, ou melhor, o que se conseguir compreender do que foi dito e também do que foi silenciado. Valerá a experiência do exercício da sensibilidade no atendimento, no encontro, na atividade de saúde.

O que os códigos de doenças e os manuais médicos trazem como definição de “travestismos²” não corresponde aos processos de travestilidades que as travestis têm vivenciado no Brasil nas últimas décadas, processos estes que não têm se justificado por motivação erótica. Segundo

² Comumente voltado aos sujeitos que se veste, com motivação de erotização, com roupas e acessórios reconhecidos como do “sexo oposto”.

Larissa Pelúcio (2007), as travestilidades são processos identitários pelos quais as pessoas travestis passam para constituir-se enquanto “femininos”. Ela afirma que este termo (travestilidade) aponta para a multiplicidade da experiência ligada à construção e desconstrução dos corpos, ainda que haja uma rigidez na performatividade de gênero destas pessoas. Esta rigidez existe devido às suas experiências constituírem-se dentro da heteronormatividade, o que não impede que, o corpo travesti preserve a ambigüidade, a surpresa e a confusão dos códigos de inteligibilidade, pois é “um corpo aparentemente feminino que tem entre as pernas um órgão sexual masculino, e mais ainda, faz uso dele” (PERES, 2005:25-26).

Segundo Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007), heteronormatividade sintetiza o conjunto de normas estabelecidas, mesmo que não explicitadas, que marcam toda a ordem social e não apenas no que concerne a escolha de parceiro amoroso. Refere-se também ao conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática, que se apóiam na heterossexualidade como central. Por exemplo, muitos processos de travestilidades apontam para as experiências das travestis como sendo heterossexuais, afinal são sujeitos femininos em busca de parceiros masculinos. Isso é reafirmado pelos seus próprios parceiros que se assumem como heterossexuais e comumente são reconhecidos como másculos e não efeminados. Isso não significa que não existam travestis de orientações sexuais diferentes destas, como aquelas que sentem desejo afetivo sexual por mulheres ou por outras travestis. Assim, desejo e identidade de gênero não estão necessariamente ligados.

Outra característica é que a experiência identitária das travestis está associada, ao longo do tempo, à prostituição. E é no universo do mercado do sexo que a maior parte destas pessoas aprende o que elas têm chamado de *montagem*. Segundo Marcos Benedetti (2000), *montagem* é o ato de vestir-se com roupas de mulher. Este termo diz respeito a “um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o ponto de vista das travestis, de sua qualidade feminina” (BENEDETTI, 2000: 60). Esse convencimento, que, diga-se de passagem, também é reconhecido não apenas pelas travestis, é garantido ainda através de outras ações que podem compor a *montagem* em um sentido mais amplo, como os hormônios femininos adotados por travestis desde o final da década de 1960 (GREEN, 2000), e a técnica de aplicação do silicone líquido industrial, que na cidade de Campinas teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990 (DUQUE, 2009).

Os hormônios femininos ainda são usados pelas travestis, inclusive pelas mais jovens. Já o silicone líquido industrial tem, pouco a pouco, deixado de ser injetado nos peitos, mas continua sendo usado nas nádegas, pernas, joelho e rosto. O objetivo é adquirir formas femininas. Atualmente, como substituto deste produto industrial estão as próteses de silicone, colocadas nos peitos em clínicas de forma não oficial.

Essa prática não legalizada é feita porque para a maioria das autoridades e dos profissionais da saúde não é aceitável que se faça alterações marcadamente femininas em corpos reconhecidos como não sendo

do sexo feminino, isto é, masculinos e com pênis. Como as travestis tendem a afirmar que “não querem ser mulheres”, mas “querem ser vistas como mulheres”, “serem femininas” ainda que “não se sintam mulheres” acabam por não terem direitos iguais as das transexuais para a construção corporal.

As pessoas transexuais têm um respaldo legal para as mudanças no corpo garantido por meio da definição do “Transexualismo”, presente nos códigos de doenças e manuais médicos. Elas conseguem, em nome de uma possível cura da “disforia de gênero”, do “transtorno da identidade de gênero”, respaldo para cirurgias, para plásticas e até para a operação que alguns chamam de “mudança de sexo”. Tudo isso faz parte do processo transexualizador, que possibilita às pessoas transexuais a passagem do gênero atribuído para o identificado (BENTO, 2008).

Ainda que existam divergências e experiências diversificadas, tem sido adotada no universo da militância social LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil o desejo por esta cirurgia de adequação sexual como a principal diferença entre estas duas identidades: a de travestis e a de transexuais.

As travestis são comumente pessoas que se nomeiam como travestis e possuem o genital classificado como masculino o que não impede pessoas intersex serem travestis. Não é comum, no entanto, que pessoas com genital classificado como feminino se denominem travesti. Há, contudo, uma masculinização de corpos tidos como femininos. Mulheres lésbicas ou bissexuais têm usado faixas para esconder os seios e roupas reconhecidas como masculinas, sem parecem fazer uso de hormônios masculinos.

Em relação às pessoas transexuais, há tantos os masculinos como os femininos. No movimento social LGBT brasileiro, denomina-se mulheres transexuais como aquelas que reivindicam a adequação de um corpo biologicamente tido como masculino para um corpo feminino. O mesmo vale para os homens transexuais, que são caracterizados como aqueles que reivindicam a adequação de um corpo biologicamente tido como feminino para um corpo masculino. O que é valorizado, então, é o gênero auto-atribuído, não o genital.

Na literatura médica, a classificação é feita de forma diferente. Valorizam o “sexo biológico”, por isso, nomeiam as mulheres transexuais do Movimento Social LGBT como transexuais masculinos e os homens transexuais como transexuais femininas. Neste texto segue-se a classificação do movimento social, reconhecendo os indivíduos a partir de sua auto-atribuição, e não pelo seu genital em si.

Os homens transexuais, por sua vez, tem tido grandes desafios em relação às cirurgias de “adequação sexual”, por não ter em nosso país uma prática médica cirúrgica que seja satisfatória na construção do pênis. Embora isso aconteça, muitos conseguem passar por mastectomia e pan-exterectomia, além da hormonioterapia com testosterona.

Assim como as travestis, há transexuais de diferentes orientações sexuais, isto é, há homens transexuais que tem tornado o corpo cada vez mais masculino para os padrões de gênero atuais, mas têm buscado parceiros sexuais homens. Ainda que essa experiência seja menos comum, ela é importante porque revela que a transexualidade não tem ligação direta com heterossexualidade ou homossexualidade.

Ainda em relação à transexualidade, há pessoas que não se vêem como portadores de uma patologia e, mesmo com o interesse em fazer a readequação sexual, não correspondem ao discurso hegemônico de que o seu sexo seja algo que não lhe pertence. O desafio aqui é reconhecer as experiências de transexualidade fora do universo da doença e perguntar: porque, necessariamente, alguém que queira “mudar de sexo” tenha que ser visto como patológico?

As identidades travestis e transexuais, mesmo com essas diferenças apontadas, muitas vezes não são separáveis, discriminadas de forma clara e pouco ambígua. Nas relações práticas as pessoas transitam entre estas categorias, se não pelo discurso identitário, pelos desejos e práticas corporais que são atribuídas para cada uma destas classificações. Por isso é necessário que as práticas em saúde percebam e tenham uma escuta própria para as especificidades e as integralidades destas pessoas.

Esta reflexão corrobora a afirmação de Avtar Brah (2006). Segundo ela, as identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais sendo por isso, sempre articulações de experiências coletivas de um grupo. Porém, “a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo” (BRAH, 2006: 371). Assim, mesmo sabendo que as representações históricas ajudam a construir o gênero no presente, acredita-se que identidades e experiências são fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares (SCOTT, 1994: 18).

Assim, o maior desafio das práticas em saúde diante de experiências travestis e transexuais parece ser o questionamento dos conceitos enraizados de sexo, gênero, sexualidade e identidade, para tornar os espaços de saúde lugares de vivências não discriminatórios, não estigmatizante e sempre abertos para o novo.

Referenciais Bibliográficos

BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENEDETTI, Marcos R. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2000.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DUQUE, Tiago. *Montagens e Desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência*. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (Dissertação de Mestrado), 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

GREEN, James N. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. “Aquele não mais obscuro negócio do desejo”. In: Perlongher, Néstor. *O Negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2008a.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne e na pele – ma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids*. São Carlos/SP: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. (Tese de Doutorado). 2007.

PERES, Wilson Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.

PINO, Nádía Perez. “A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos”. In: Dossiê Sexualidades Disparatadas. *cadernos pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007. V. 28. pp.149-173. Disponível online: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100008&lng=pt&nrm=iso

SCOTT, Joan Wallach.. Prefácio a “Gender and politics of history”. **Cadernos Pagu** – Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: UNICAMP, V. 3, p. 11-27, 1994.